

# Jornalismo, desenvolvimento e cidadania: pensar conteúdo e forma para promover uma imprensa comprometida com a sociedade

**Francisco de Assis\***

## **Resumo**

*Neste artigo de natureza ensaística, objetiva-se discutir a relação entre forma e conteúdo, no âmbito do jornalismo, considerando esses dois elementos como parte de uma unidade indivisível, necessária para a atuação de uma imprensa comprometida com a cidadania e com o desenvolvimento social. Revisitando bibliografia específica e amparando-se em fatos que teceram a relação do campo da Comunicação Social com políticas e estratégias desenvolvimentistas, defende-se a urgência de atrelar – na pesquisa, no ensino e na prática – os assuntos ligados ao desenvolvimento (em suas diversas faces) à forma conferida aos produtos do jornalismo. A tese é de que tão importante quanto os assuntos a serem pautados pela imprensa é o contorno dado aos textos que circulam em veículos impressos e eletrônicos, o qual pode ser entendido como gêneros e formatos jornalísticos. Propõe-se, portanto, uma reflexão sobre a necessidade de – como pesquisadores, professores, alunos e profissionais ligados à mídia – produzir materiais coerentes com as necessidades informacionais da sociedade.*

**Palavras-chave:** Jornalismo. Forma. Conteúdo. Desenvolvimento. Cidadania.

\* Professor do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). Doutorando e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Vice-coordenador do grupo de pesquisa (GP) Gêneros Jornalísticos, mantido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). E-mail: francisco@assis.jor.br.



## Introdução

Ligada às mais variadas e possíveis esferas da vida humana, a atividade jornalística tem, desde a década de 1980, apresentado contornos que lhe atribuem um compromisso direto com a promoção da cidadania e com o desenvolvimento (CASCAIS, 2001, p. 120). Isso não quer dizer, obviamente, que o percurso trilhado pela imprensa só tenha exibido sinais de tal comprometimento após o período aludido; ao contrário, a história nos mostra que, no século XVII, quando Tobias Peucer defendeu a primeira tese de doutorado sobre o então recente fenômeno do jornalismo<sup>1</sup>, os jornais já eram compreendidos como “úteis para a vida cívica” (SOUSA, 2004, p. 42), justamente por pautarem a – e se pautarem pela – “voz pública” (PEUCER, 2000, p. 202). Ocorre, todavia, que os dois últimos decênios do século XX foram marcados por uma série de fortes mudanças em todo o mundo, principalmente no lado ocidental, as quais converteram o jornalismo em espaço privilegiado para a formação de cidadãos conscientes com seus direitos e deveres no *locus* em que habitam.

Jornalismo, portanto, não é simplesmente ofício exercido por pessoal treinado, assim como também não é sinônimo de jornal (ou de qualquer outra plataforma, seja ela impressa, eletrônica ou digital), embora muitos costumem associá-los. Preocupado com essa visão distorcida, o Prof. Manuel Carlos Chaparro, da Universidade de São Paulo (USP), tem buscado esclarecer – em seus textos e em vídeos-aula disponibilizados em seu *blog*<sup>2</sup> – que o jornalismo não é efêmero ou “perecível”, tal como o jornal, geralmente descartado no fim o dia ou após ter sido lido. Ao contrário de seu suporte, o jornalismo permanece na pauta social, subsidiando conversas, debates, reflexões ou atitudes capazes de transformar significativamente a realidade.

Em termos práticos, o fenômeno do qual nos ocupamos, aqui, é “um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, *fazeres* combinados com *intenções*” (CHAPARRO, 1994, p. 22), que altera, em diferentes níveis, o cotidiano de pessoas ou de populações inteiras. Por isso mesmo, se queremos pensar sua relação com aspectos comuns à sociedade, devemos considerar que é seu *fazer* o substrato que resulta em tomadas de decisão e em ações ligadas aos avanços e ao progresso de países, cidades, comunidades, regiões, enfim, de todo o organismo social.

1 Tobias Peucer defendeu sua tese *De Relationibus Novellis*, em 1690, na Universidade de Leipzig (Alemanha). O título de seu trabalho, conforme Sousa (2004, p. 32), pode “referir-se quer aos periódicos da época no seu conjunto quer às notícias em si, os relatos (*relationes*) de ‘novas comunicações’ (*novellae*)”, ou seja, de novidades ou notícias”. A tese de Peucer foi traduzida para o português, sob o título de “Os relatos jornalísticos”, por Paulo da Rocha Dias, tendo sido publicada na edição nº 33 da revista COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE (2000).

2 O blog *O xis da questão* está disponível em: <<http://www.oxisdaquestao.com.br/>>.

Quando voltamos nossa atenção para essa interface, inicialmente tendemos a identificar no teor dos conteúdos a essência de um jornalismo empenhado em estimular o desenvolvimento e a cidadania. Não estamos totalmente errados. De fato, ao pautar assuntos como economia, saúde, cultura, meio ambiente, sustentabilidade, dentre outros, a imprensa apresenta-nos o que há, no momento, de mais importante na esfera pública, podendo, assim, interferir ou incentivar avanços e crescimentos nos mais vastos setores. Porém, não é apenas “o que” os jornais dizem que interfere no nosso cotidiano, mas também – ou, talvez, principalmente – “como” dizem.

Temos, aí, os dois polos correspondentes àquilo que entendemos por *conteúdo* e por *forma*, elementos que se complementam (ou, ao menos, deveriam se complementar), num processo que passa por constantes transformações. Além das mudanças assistidas pelo mundo, em diferentes segmentos – conforme o raciocínio exposto há pouco –, a própria atividade da imprensa se altera, constantemente, em decorrência dos novos paradigmas que passam a vigorar no cenário social, principalmente em razão do progresso tecnológico e da “presença de novos interlocutores” que interferem “na cena jornalística”, como avalia Melo (2009c, p. 15), também defensor de que, nos nossos dias, “além da vigilância exercida pela cidadania, começa a ter peso a avaliação de desempenho feita metodicamente pelos observatórios midiáticos ou pelos ouvidores dos usuários de mídia”. Por conta disso, as corporações jornalísticas estão em constante trabalho de readequação de suas condutas e de seus procedimentos, enfrentando uma espécie de “zona de turbulência” que ainda está por findar e por apontar qual será o paradigma jornalístico característico do século XXI. (ADGHIRNI, 2010)

É em meio a esse cenário, visto por muitos como “conturbado”, que se manifesta o jornalismo que queremos discutir como elemento capaz de alavancar o desenvolvimento e a cidadania. Com o olhar que lançamos, não estamos separando sua técnica de seu conteúdo, mas, sim, visualizando-os como partes de uma unidade indivisível. Apoiamo-nos, para isso, em pesquisa bibliográfica, revisitando obras específicas e análises de conjunturas.

### **Inter-relações entre comunicação e desenvolvimento**

A questão comunicacional só entrou na agenda do desenvolvimento no final da década de 1950. A primeira iniciativa foi da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que, em 1958, “manifestou formalmente sua preocupação com as ‘carências de

mecanismos e de meios de comunicação nos países não industrializados”, encarregando-se de “preparar um projeto que permitisse o conhecimento prévio sobre a existência de recursos dos meios de comunicação em países subdesenvolvidos”. (GOBBI, 2010, p. 94)

O despertar da Unesco para aspectos comunicacionais e informacionais foi apresentado durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano já mencionado. Edições posteriores, do mesmo evento, também definiram conjuntos de resoluções ligadas à preocupação da Unesco em incluir o elemento comunicação na pauta de debates e de ações relacionados à educação, à ciência e à cultura.

Mas, pelo que consta, o principal articulador da imbricação entre comunicação e desenvolvimento foi o norte-americano Wilbur Schramm. Sua contribuição, nesse sentido, teve início com o livro *Mass media and national development*, publicado pela Unesco, em 1964 – no Brasil, em 1970, pela Editora Bloch, com o título *Comunicação de massa e desenvolvimento* –, no qual, ao analisar a situação de países do então denominado “terceiro mundo”, apresenta os “veículos de massa” como “agentes da transformação social” (SCHRAMM, 1970, p. 178).

Conforme explica Melo (2007, p. 14), essas ideias foram oxigenadas pelas provocações feitas em, 1958, por Daniel Lerner, em seu livro *The passing of traditional society*, cujas linhas chamavam a “atenção para o problema ao teorizar sobre modernização de sociedades tradicionais enquanto processo inspirado no histórico modelo europeu”. Foi após essas colocações, portanto, que Schramm defendeu sua tese de que os meios de comunicação são capazes de acelerar o desenvolvimento, constituindo-se, até mesmo, motores do desenvolvimento nacional.

Em prefácio à edição brasileira de *Comunicação de massa e desenvolvimento*, Dines (1970, p. 18-19) afirma: “Schramm é um otimista que crê na comunicação, percebe sua força construtiva e sugere formas para canalizá-la para o bem-estar coletivo”. Além disso, ele reforça que o autor “se dedica exclusivamente a explorar o manancial inesgotável que a comunicação oferece para o desenvolvimento de um país a partir do momento em que ela for posta a serviço da motivação de uma comunicação para o progresso”.

O “efeito multiplicador” da tese defendida por Schramm – que, vale dizer, correspondia às crenças desenvolvimentistas da Unesco – “projetou-se em todo o continente, gerando o movimento intelectual liderado pelo jornalista equatoriano Jorge Fernández, fundador do Ciespal – Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para a América Latina<sup>3</sup>” (MELO, 2007, p. 14). Fundado em 1959, por iniciativa da própria Unesco, da Organização dos Estados Americanos (OEA)

e do governo do Equador, o Ciespal foi pensado como um centro que pudesse “desenvolver atividades de ensino, privilegiando a formação de profissionais para atuar nas indústrias culturais da região, principalmente na área do Jornalismo e da Publicidade” (GOBBI, 2010, p. 95).

Lembre-se que a Unesco, desde sua própria fundação, em 1947, já vinha potencializando o uso dos meios de comunicação em programas de desenvolvimento econômico. O diagnóstico feito na década de 50 – publicado no volume *La formation des Journalistes* (1958) – indicava que os países em vias de desenvolvimento deveriam ser estimulados a acelerar os processos de mudança social, educando a população por meio da mídia. O quadro da América Latina, descrito naquele relatório pelo argentino Juan Valmaggia, reforça a necessidade de elevar o nível cultural dos jornalistas, neutralizando eventuais tendências tecnocráticas ou posturas alienantes. (MELO, 2009a, p. 15)

De fato, o interesse da Unesco, com a criação do Ciespal e de outras instituições de mesma natureza<sup>4</sup>, foi promover o “aperfeiçoamento de profissionais que atuam em comunicação de massa da região”. Tal meta, considerada prioritária, foi alcançada com seminários e pesquisas realizados por “pesquisadores reconhecidos, como Wilbur Schramm, Raymond Nixon, John McNelly, Jacques Kayser e Joffre Dumazedier” (BERGER, 2001, p. 242).

Também é interessante reforçar que as iniciativas desse segmento, especificamente sobre a América Latina, emergem com forte vinculação à atividade jornalística. Primeiro porque, como assegura Melo (2009a, p. 15-16), o Ciespal teve “em Jorge Fernández seu catalisador intelectual e no jornal *El Comercio*, de Quito, seu avalista institucional”, e depois porque, entre as décadas de 1960 e 1970, o órgão atuou como “centro de estudos avançados em jornalismo”, formando, num intervalo de 15 anos (1960-1975), mais de mil especialistas nessa área.

Apresentados os parâmetros para visualizar os principais processos históricos que definiram a relação entre comunicação e desenvolvimento,

3 Mantivemos, na citação, o nome descrito pelo autor. Todavia, é importante explicar que o Ciespal foi criado, em 1959, com o nome de Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para a América Latina, exatamente porque a intenção de seus idealizadores era de que ele se constituísse em local de formação voltada a profissionais da imprensa. Assim permaneceu por mais de uma década, até que, “para atender ao crescente desenvolvimento das novas tecnologias de reprodução simbólica – *offset*, vídeo-tape, super-8, satélites – e aos novos enfoques comunicacionais, por volta dos anos de 1970, o nome da instituição sofreu uma variação. A palavra ‘periodismo’ foi substituída por ‘comunicação’. O Centro passou, então, a chamar-se Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para a América Latina. A sigla Ciespal permaneceu inalterada” (GOBBI, 2010, p. 95).

4 Melo (2009a, p. 15) conta que, naquela época, “foram criadas várias agências de fomento” para os projetos da Unesco, tais como “o CIÉSJ (Centro Internacional de Estudios Superiores de Jornalismo) – sob a liderança de Jacques Leauté, em Estrasburgo, França, mas direcionado para atender às demandas da África –, o ICC (Instituto de Comunicación Coletiva) – coordenado por Glória Feliciano, na Universidade das Filipinas, com a missão de servir à Ásia – e o Ciespal – sob o comando do jornalista Jorge Fernández, comprometido com a América Latina”.

em especial no continente latino-americano, cabe, agora, balizarmos o que entendemos por desenvolvimento. Antes de tudo, porém, é bom lembrar que as primeiras discussões sobre o assunto foram suscitadas em meados do século XX (período pós-guerra), junto com outras iniciativas mundiais destinadas à reestruturação dos países devastados pelos conflitos da Segunda Guerra Mundial e à mudança de comportamento das grandes potências com relação aos países em desenvolvimento, especialmente os da Ásia, da África e da América Latina.

Inicialmente, como explica Carniello (2008, p. 105), o conceito, bastante difundido pelo Banco Mundial, estava atrelado à ideia de “crescimento econômico”, situando a economia, portanto, como epicentro dos avanços sociais. Mas não tardou que as políticas estabelecidas em torno da questão fossem repensadas, uma vez que as lideranças mundiais logo começaram a perceber que somente o fator econômico não era suficiente para contemplar as demandas geradas nas sociedades que ainda buscavam se desenvolver.

É nesse sentido que diferentes áreas de atuação, no cenário social – as quais podemos definir como ramificações dos campos do saber –, passaram a delinear um conceito de desenvolvimento relacionado não somente a crescimento, já que este está muito mais ligado a saltos quantitativos, e, na verdade, o que se espera das propostas desenvolvimentistas é o zelo por melhorias qualitativas, com a busca e a geração de melhores indicadores sociais.

A própria evolução histórica do conceito de desenvolvimento deixa explícito que ele é, por essência, interdisciplinar, uma vez que se formou a partir da contribuição de áreas do conhecimento diversas, algumas cuja participação é mais evidente, como a economia, a sociologia e as ciências ambientais, e outras de forma menos evidente, mas que, no mínimo, tangenciaram a questão. (CARNIELLO, 2008, p. 106)

Podemos, assim, assegurar que nossa percepção de desenvolvimento combina uma série de ações de natureza econômica, política e social. Trata-se de instrumentos “cruciais”, no dizer de Sen (2000, p. 11), que garantem as “liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios”. Para esse autor, tais liberdades incluem “oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora”, dispostas conforme o envolvimento de muitas instituições, dentre as quais a mídia.

Por último, cabe explicar que procuramos, nesta discussão, atrelar a ideia de desenvolvimento à de cidadania, vocábulo que, na pesquisa de Peruzzo (2004, p. 284-258), aparece como sinônimo de “arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu *status* à qualidade de participação”; recorrendo a Jean-Jacques Rousseau, a autora ainda considera cidadania como “um direito coletivo, que, favorecendo o desenvolvimento da individualidade, pressupõe a ação política e sua socialização”. Fazemos a junção desses conceitos por compreendermos que eles estão intimamente ligados, parecendo-nos impossível que haja qualquer ação desenvolvimentista que não tenha feições de proposta cidadã.

### **Jornalismo e desenvolvimento, jornalismo para o desenvolvimento**

De tudo o que foi dito, podemos extrair um princípio básico que norteia nossa percepção sobre o jornalismo: sua própria essência – considerando que tal processo nasceu em razão de as pessoas serem ávidas por “coisas novas” (PEUCER, 2000, p. 209) – revela que a atividade mantém relação direta com a mobilização social. Ora, se a imprensa pauta as discussões da sociedade, enaltece ou valoriza alguns aspectos, em detrimento de outros, situa seu público-alvo no bojo das mudanças e das movimentações que ocorrem em diferentes setores, o jornalismo consiste, em larga medida, num espaço de promoção do desenvolvimento, em termos qualitativos, assim como assinalamos anteriormente.

Como bem definiu Beltrão (1960, p. 23),

entre todas as atividades humanas, nenhuma responde tanto a uma necessidade do espírito e da vida social quanto o jornalismo. É próprio da nossa natureza informar-se e informar, reunir a maior soma de conhecimentos possível [...]. Através desse *conhecimento dos fatos, o homem como que alimenta o seu espírito e, fortalecendo-se no exame das causas e consequências dos acontecimentos*, sente-se apto à ação. Semelhante fato ocorre com a coletividade: – a divulgação de informações e a exposição, ainda mesmo superficial, de pontos de vista sobre assuntos relatados *contribuem decisivamente para formar a Opinião Pública* e, conseqüentemente, *impulsionar os agrupamentos humanos às decisões e realizações da vida social*. (Grifos nossos).

Levar em conta o pensamento de Beltrão é um exercício, aqui, com duplo significado. Antes de tudo, é preciso lembrar que foi ele um dos



latino-americanos que atuaram como docentes nos cursos promovidos pelo Ciespal, durante o período desenvolvimentista: na década de 1960, ocupou a cátedra de Pedagogia do Jornalismo, explicitando “os fundamentos de seu pragmatismo pedagógico, enraizado na ‘capacitação como jornalista profissional’ e testado na ‘experiência didática’, que adquiriu lecionando em João Pessoa, Natal, Recife e Fortaleza” (MELO, 2009d, p. 351). Para além dessa afinidade conjuntural, se fizermos uma leitura atenta de suas considerações, observaremos que ali se encontram os elementos da relação entre jornalismo, desenvolvimento e cidadania, a qual temos buscado articular desde o início do trabalho.

No trecho reproduzido acima, identificamos, de um lado, o fluxo da informação jornalística, ou seja, a produção, a distribuição e a recepção das informações codificadas por profissionais da imprensa e decodificadas por leitores, ouvintes, telespectadores e internautas<sup>5</sup>; na outra ponta, localizamos os reflexos mais comuns desse procedimento: a ação dos receptores, a formação da opinião pública, as tomadas de decisão que interferem na vida social. Podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que o caminho do jornalismo destinado à promoção do desenvolvimento e da cidadania localiza-se exatamente nesse percurso descrito pelo autor brasileiro. A questão, no entanto, é bem mais complexa.

A complexidade à qual nos referimos diz respeito ao fato de que o trabalho desempenhado por jornalistas, com enfoque na promoção do desenvolvimento, não tem recebido “a atenção que merece”. Isso é o que alerta Kunczik (2002, p. 131), ao discorrer sobre o conceito de “jornalismo de desenvolvimento”, termo que, segundo ele, surgiu em 1967<sup>6</sup>, para designar a atuação jornalística engajada em expor à sociedade – nos países que passam por denso processo de melhoria – conteúdos construtivos (ou, talvez fosse melhor dizer, instrutivos). O pano de fundo por trás desse mote é a noção – bastante clara, aliás – de que os “modelos de jornalismo” praticados em países desenvolvidos “não são transferíveis” para o restante do mundo.

O autor explica que há diferentes sentidos para “jornalismo de desenvolvimento”, sendo que alguns o veem como ferramenta capaz de agilizar os processos de desenvolvimento, outros o compreendem como “instrumento que permite alcançar objetivos específicos” – mas que não pode se converter, “de modo algum, em porta-voz do governo” – e outros, ainda, o entendem como exercício “destinado a motivar e persuadir

5 Obviamente, Beltrão (1960, p. 23), ao tratar do “homem” que se “alimenta” do “conhecimento dos fatos”, não se referia a internautas, uma vez que a internet não fazia parte do cenário daquela época. Porém, não é difícil associar suas ideias à realidade de hoje, marcada tão fortemente pela informática.

6 Diz Kunczik (2002, p. 134-135): “A expressão *jornalismo de desenvolvimento* como tal foi criada e introduzida no foro internacional na universidade filipina de Los Baños e teve maior impulso depois da formação da Fundação Jornalística da Ásia, em 1967”. (Grifo do autor)

as pessoas e a produzir uma reposta positiva às ideias de desenvolvimento”. (KUNCZIK, 2002, p. 133)

Independentemente do ponto de vista, isso tudo coincide com o que Kovach e Rosenstiel (2004, p. 31) chamam de “principal finalidade do jornalismo”: “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Os autores argumentam que o jornalismo se reflete e interfere nas condutas, na maneira como as pessoas se comportam e até mesmo nas possibilidades – ou, melhor dizendo, nas chances – de participação na esfera pública. Não é à toa que já ouvimos, em razão do avanço tecnológico, a expressão “jornalismo participativo” – em alguns casos, também aceito como jornalismo colaborativo ou jornalismo cidadão –, prática que se caracteriza como “a terceira versão do jornalismo digital”<sup>7</sup> e que possibilita às pessoas começar “a fazer jornalismo graças aos meios de comunicação e aos instrumentos de publicação de ciberinformação”. (VARELA, 2007, p. 53)

É questionável a afirmação de que o público tem, hoje, a chance de “fazer jornalismo”. No nosso entendimento, ocorre que, com a maior possibilidade de se aproximar do universo jornalístico, o leitor/internauta passa a atuar mais efetivamente – e mais rapidamente – como fonte interessada em estabelecer uma “ponte” entre o fato por ela testemunhado e o jornalista – este, sim, responsável pelo fazer jornalístico. Mesmo que com texto de sua autoria, imagem ou vídeo por ele captados ou, então, depoimentos coletados de outras pessoas, o leitor permanece na sua posição de fonte, pois, ainda que tudo isso seja possível, continua sendo encargo do profissional de jornalismo fazer a checagem dos dados e a transformação de todo o material em conteúdo finalizado, o qual irá chegar ao público-alvo dos veículos jornalísticos. Por outro lado, não podemos negar que, com esse tipo de atuação, o público passa a exercer um papel mais ativo no processo de construção dos noticiários.

De volta ao eixo central de nossa discussão e retomando as ideias de Kunczik (2002, p. 135), temos algo a acrescentar: o fenômeno por ele evocado compreende o desenvolvimento na exata medida que expusemos, ou seja, não apenas como “transição da pobreza para a prosperidade material”, mas também e principalmente como promoção de “dignidade humana, segurança, justiça e igualdade”; seu exercício, portanto, deve “promover ativamente o processo de desenvolvimento que se considera desejável”. Continua o autor dizendo que essa prática jornalística “supõe que o desenvolvimento é um objetivo positivo e desejável, e que os meios de comunicação de massa podem fazer muito para fomentá-lo” (KUNCZIK, 2002, p. 136).

7 Nas palavras de Juan Varela (2007, p. 53), as três versões do jornalismo digital são assim definidas: “Jornalismo 1.0 é aquele que transmite conteúdo tradicional de meios analógicos ao ciberespaço. Jornalismo 2.0 é a criação de conteúdo de e para a rede. Jornalismo 3.0 socializa esse conteúdo e os próprios meios”.

Particularmente, não consideramos pertinente a expressão “jornalismo de desenvolvimento”, pois poderia denotar a prática de um jornalismo que apenas versa sobre aspectos, ações e políticas públicas que promovem o desenvolvimento, o que difere de um jornalismo comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel e de sua atuação para o progresso social – principal ideia defendida nessas linhas –, que pode incorporar as mais diversas pautas.

Kunczik (2002, p. 133) também procura estabelecer uma diferença entre “jornalismo de desenvolvimento” e “jornalismo desenvolvimentista”. Segundo ele, esse segundo tipo “define seu papel único como o de difundir as opiniões do governo”, próximo de uma espécie de “jornalismo governamental”, que se pauta pela voz oficial a respeito das políticas públicas de desenvolvimento. Com relação ao primeiro conceito, encontramos na bibliografia uma expressão que poderia ser mais próxima – resguardadas, é claro, as devidas diferenças – daquilo que compreendemos como “jornalismo comprometido”: *civic journalism* – “jornalismo cívico” ou “jornalismo público”, em língua portuguesa (CASCAS, 2001, p. 120) –, idealizado na década de 1980, por Davis Merritt, editor do *The Wichita Eagle*, do Estado de Kansas, nos Estados Unidos, como proposta de um trabalho que envolve a “coletividade” e que se aproxima bem mais do interesse público, como explica M. Fernandes, (2008, p. 26):

*Wichita* lançou um projeto que previa um incremento da participação do público no processo eleitoral. Por meio de uma pesquisa (uma arma sempre presente no Civic Journalism) com a população local, descobriu quais eram os 10 temas considerados mais importantes pela coletividade. A lista era encabeçada por delinquência, desenvolvimento econômico, impostos e serviços de saúde. Ao longo de 10 semanas, a cada sábado, repórteres do *Wichita* produziam extensas matérias relatando antecedentes, detalhando informações atualizadas e fazendo análises sobre cada um dos tópicos eleitos. Havia ainda um espaço semanal para que os candidatos expressassem seus pontos de vista acerca de cada tema. Fundava-se aí uma nova visão do que podia ser o noticiário de imprensa, em especial na mídia impressa, berço do CJ e base de seu sustento até hoje.

O *civic journalism* é visto, por muitos pesquisadores e profissionais, como um tipo de jornalismo empenhado em fortalecer a cidadania, pautando-se na “agenda do cidadão” e no “interesse comunitário”, de acordo com A. Fernandes (2002, p. 9). Para ela, “o foco da notícia”, nessa prática, seria “o interesse do cidadão comum, dos grupos que lutam por

Direitos Humanos e não apenas os interesses dos políticos e dos grupos detentores do poder econômico”. E vai além: “Mesmo as coberturas tradicionais, como cobertura de eleições, voltariam sua atenção não para o que candidato que dizer, mas para o que o cidadão quer discutir”.

Bonito na teoria, distante na prática. Apesar de partirem na defesa do *civic journalism* – de modo direto ou nas entrelinhas de seus textos –, os autores que discorrem sobre o tema quase não têm encontrado experiências concretas – ao menos na grande imprensa – desse tipo de atividade, deixando a entender que, no Brasil, ele ainda não conquistou grande espaço, ficando restrito, muito provavelmente, a pequenas iniciativas.

Ainda assim, há de se levar em conta que, apesar de não seguir certos padrões e, vez ou outra, priorizar mais os interesses das instituições ou de alguns grupos, em vez de se comprometer com a coletividade, o jornalismo permanece “envolvido na dinâmica social, pois ele é uma esfera pública essencialmente interligada às outras esferas da sociedade. A representação jornalística da realidade [...] reflete a maneira como os diversos segmentos sociais estão organizados e se relacionam” (FERNANDES, A., 2002. p. 10). Pensar sua estrutura e seu conteúdo, a nosso ver, reivindicando comprometimento por parte dos profissionais e das corporações jornalísticas, é a única maneira que vislumbramos para promover uma imprensa comprometida com a sociedade.

### **A forma do jornalismo, princípio para a atuação efetiva de uma imprensa voltada ao desenvolvimento e à cidadania**

Discutimos, até aqui, vários aspectos que, do ponto de vista do jornalismo, correspondem ao seu conteúdo. Em outras palavras, discorreremos sobre o que entendemos por desenvolvimento, que assuntos são ligados a ele e, conseqüentemente, que pautas podem ser levantadas a respeito dele (além, é claro, de termos nos fixado em terminologias e em conceitos que possibilitaram mais bem perceber os contornos da tríade jornalismo, desenvolvimento e cidadania). Porém, como dissemos logo de início, nossa intenção, com este ensaio, é tratar da relação do conteúdo com a forma, o que procuraremos fazer neste item.

Antes de tudo, gostaríamos de frisar que tecer comentários sobre o jornalismo como “motor do desenvolvimento” – aludindo ao que Schramm considerou sobre a comunicação – é pensar, primordialmente, nas funções que o jornalismo exerce no contexto social. Essas funções são concernentes aos múltiplos papéis exercidos pela comunicação de

massa na sociedade, a partir das quais se estruturam gêneros e formatos jornalísticos. (MELO, 2006)

Classificar as funções da atividade jornalística faz-se necessário como reconhecimento de que o trabalho da imprensa não tem um único objetivo, embora a finalidade de informar perpassasse por todos os estágios. A informação é como a base de um “triângulo-retângulo”, figura que pode representar algumas dimensões da atividade jornalística (BELTRÃO, 2006, p. 13); portanto, é a base do processo.

Da função capital, surgem outros desdobramentos, correspondentes às demandas da sociedade, para a qual o jornalismo é feito (ou, pelo menos, deveria ser feito) e a quem ele serve. No QUADRO 1, identificamos cinco funções exercidas pelo jornalismo, em conformidade com Melo (2006):

**QUADRO 1**  
**Funções do fazer jornalístico**

Fazer jornalístico	Com o objetivo de
<b>Informar</b>	comunicar, participar, dar a notícia, inteirar
<b>Opinar</b>	expor, julgar o sentido de uma informação
<b>Interpretar</b>	explicar o contexto de uma informação
<b>Divertir</b>	recrear, fazer esquecer os problemas do cotidiano
<b>Ser útil</b>	suprir o interesse pela informação de serviços

Fonte: Elaboração do autor, com base em bibliografia diversa.

Fraser Bond (1959, p. 111-112) já havia identificado, na década de 1950, quatro funções dos jornais e, conseqüentemente, do jornalismo: informar, interpretar, servir e divertir. Além disso, suas considerações apontam que “o jornal relata e registra as ações, as idéias e as opiniões do mundo em geral” (BOND, 1959, p. 194), aludindo ao propósito opinativo dessa atividade, um dos mais bem aceitos pela maioria dos pesquisadores e profissionais que se ocupam da questão<sup>8</sup>.

Mantendo relação direta com essas cinco funções, portanto, encontramos os gêneros jornalísticos, os quais podem ser compreendidos como classes que agrupam “unidades de mensagens”, denominadas formatos (MELO, 2009b, p. 35)<sup>9</sup>. Detalhadamente, temos o seguinte panorama:

8 É importante explicar que essa distribuição dos gêneros conforme as cinco funções apresentadas aqui não são comungadas por todos. Há autores que não legitimam alguns deles, principalmente o diversional e o utilitário.

9 Faz-se necessário esclarecer que essa classificação é a que temos utilizado em nossas pesquisas e publicações, mas sua tipologia ainda está em fase de formatação, reavaliação e teste empírico; também é preciso explicar que, assim como dito na nota anterior, não são todos que a consideram válida.

## QUADRO 2

### Funções dos gêneros jornalísticos

Gênero jornalístico	Destinado a
<b>Informativo</b>	informar, noticiar, reportar
<b>Opinativo</b>	apresentar posicionamentos sobre o que é discutível
<b>Interpretativo</b>	explicar contextos para auxiliar na compreensão dos fatos
<b>Diversional</b>	entreter, distrair o leitor
<b>Utilitário</b>	ser útil ao leitor, em seu cotidiano

Fonte: Elaboração do autor, com base em bibliografia diversa.

Um exame dos quadros permite-nos inferir que as cinco funções identificadas pela proposta que adotamos para a classificação do material jornalístico podem muito bem servir como válvula propulsora do desenvolvimento e da cidadania. De modo didático, avaliemos item a item:

- A *informação*, base da atividade jornalística, ampara qualquer forma de interação humana, além de oferecer à sociedade um panorama (geral ou específico) do que ocorre em diferentes partes do mundo; consequentemente, os formatos do *gênero informativo* trazem à tona os assuntos mais atuais, agendando questões da máxima importância, além de terem a possibilidade, muitas vezes, de aprofundar assuntos – em entrevistas ou reportagens, por exemplo – de interesse social ou que revelem fatos capazes de modificar a vida de comunidades ou da sociedade (como geralmente fazem as reportagens investigativas).

- A *opinião* não somente corresponde à abertura que os veículos jornalísticos oferecem à sociedade, apresentando-se como tribuna, na qual muitas vozes podem se manifestar, como também é subsídio para a formação da opinião pública; o *gênero opinativo*, em seus diversos formatos, possibilita ao cidadão contemplar diferentes posicionamentos a respeito dos assuntos que eclodem no organismo social, construindo, assim, um repertório para a formação de seu próprio juízo.

- A *interpretação* dos fatos auxilia a sociedade a mais bem compreender o que se passa em sua volta; é muito necessária em assuntos que nem todos dominam – como economia, política internacional, ciência e tecnologia, por exemplo –, os quais devem ser constantemente trabalhados pelos formatos do *gênero interpretativo*, como a cronologia ou a análise, ideais para a compreensão de conjunturas e de processos.

- Não menos importante, a *diversão*, característica da sociedade que destina parcela de seu tempo ao ócio e ao lazer, também é aspecto do desenvolvimento, já que o bem-estar humano é elemento desse processo; o *gênero diversional*, o qual retrata a realidade com técnicas redacionais comuns à literatura, oferece distração e divertimento a seu público;

- Por fim, *ser útil* é aspecto – embora muitas vezes ignorado por profissionais e pesquisadores – que deve receber especial atenção, uma vez que a prestação de serviços, desde os mais simples (roteiro gastronômico) até os mais complexos (variações diárias das bolsas de valores), é primordial para o cidadão que faz da mídia a principal fonte que nutre suas tomadas de decisão cotidianas; o *gênero utilitário*, portanto, atende perfeitamente a essa demanda, desde que praticado com seriedade e com responsabilidade.

Com essa exposição, fica mais claro por que razões defendemos uma estreita proximidade entre conteúdo e técnica do jornalismo, relação sobre a qual Melo (2009c, p. 19) assegura: “A confluência entre forma e conteúdo no jornalismo nem sempre ocorre, como seria desejável. Daí a alternância desses fatores, tornando oscilantes, no território noticioso, os limites entre a precisão e a ambiguidade”. A lacuna identificada pelo autor é resultado, muito provavelmente, de boa parte das falhas e dos equívocos cometidos pela imprensa, muitos dos quais desastrosos e/ou desvinculados do comprometimento que temos reforçado desde o título desta comunicação.

Em resumo, podemos dizer que, quando não estruturado sobre os dois alicerces aqui destacados, o trabalho jornalístico pode ser ineficiente ou distante daquilo que a população espera. Experiência nesse sentido foi apresentada por Bucci (2009, p. 22), no relato que fez sobre sua participação na Radiobrás (Empresa Brasileira de Comunicação); ao assumir a direção daquela empresa estatal, ele notou que a rede não oferecia informações com a objetividade que o cidadão merecia e “tinha direito”; além disso, constatou que, ali, não se praticava o jornalismo, mesmo quando eram apresentados “noticiários no rádio, na televisão ou na internet”.

Distorções dessa natureza levam-nos a crer, também, que o problema não é isolado, mas sim generalizado. Muito de suas razões encontram-se na própria formação do jornalista, que muitas vezes não é realizada de modo eficiente ou, então, é feita à revelia, desconsiderando alguns aspectos básicos ou essenciais da profissão. O resultado disso é que muitos “jovens diplomados encontram resistências para ingresso no mercado



de trabalho, desconhecedores que são, em grande maioria, das especificidades do relato jornalístico e de sua aderência a um sistema que os diferencia por gêneros, formatos e tipos, determinados pelos antigos e novíssimos suportes”. (MELO, 2010, p. 23)

Para fecharmos esta etapa do texto, vale reforçar que a essência de tudo o que buscamos discutir neste espaço diz respeito à preocupação com um aspecto básico, mas fundamental, do trabalho jornalístico: sua qualidade. Zelar por um jornalismo bem feito e comprometido com as necessidades sociais é, conseqüentemente, buscar maneiras de trabalhar com competência e priorizando o exercício consciente da cidadania.

## Conclusão

Este texto pode parecer ambicioso e provocativo, por tentar inserir o aspecto morfológico numa discussão que tradicionalmente relaciona a comunicação e/ou o jornalismo às esferas da cidadania e do desenvolvimento exclusivamente pelo aspecto conteudístico, temático. De fato, nossa intenção é colocar na pauta de discussões que tão importante quanto esses elementos já bem definidos é a forma que melhor se ajusta a realidades diversas, bem como a múltiplas expectativas informacionais da sociedade.

Vivemos num país e num continente multicultural, caracterizado por populações das mais variadas especificidades, com níveis de conhecimento e com interesses os mais diversificados. Oferecer produtos jornalísticos a esse mosaico cultural que constitui nosso povo exige, sim, repensar as formas como produzimos os veículos jornalísticos, principalmente se quisermos – e devemos querer – que nosso trabalho seja elemento gerador de desenvolvimento e promotor da cidadania.

Há pouco, explicitamos algumas formas já identificadas por nós como correspondentes aos produtos elaborados por jornalistas brasileiros. Mas cabe, ainda, ousarmos mais, buscando outras alternativas para alcançar a parcela da população que, por uma série de razões, ainda não se beneficia do estímulo ao progresso oferecido pela imprensa.

E dizemos tudo isso porque consideramos impossível haver um jornalismo comprometido com a sociedade sem que seu exercício seja suficientemente capaz de construir materiais que, em sua forma e em seu conteúdo, atendam às necessidades da população. O desafio é este. Pensar o que estamos fazendo e encontrar saídas para que cidadãos, de diferentes níveis e classes – mas principalmente os mais carentes de



informação –, não deixem de acompanhar o que se passa à sua volta por culpa de uma imprensa desconhecedora de suas urgências. Esse deve ser nosso compromisso maior.

---

***Journalism, development, and citizenship: visualizing content and form to promote a press committed to society***

***Abstract***

*This article aims to discuss the relation between form and content in the journalistic scope, considering these two elements as part of an indivisible unit, necessary to the performance of a press committed to citizenship and social development. Revisiting a specific bibliography and supported by facts that have woven a relationship between the field of Social Communication policies and developmental strategies, this paper defends the urgency of harnessing – in research, teaching, and practice – issues related to development (in its varied facets) of the form attributed to products of journalism. The thesis states that issues guided by the press are as important as the shape given to texts circulating in print and electronically, which qualify as journalistic genres and formats. The article proposes, reflecting on the need for researchers, teachers, students, and professionals connected to the media to produce material consistent with society's informational needs.*

***Keywords:*** Journalism. Form. Content. Development. Citizenship.

---

**Referências**

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Transformações no mundo dos jornais e dos jornalistas: apontamentos sobre uma zona de turbulência. In: ALAIC – CONGRESSO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 10., 2010, Bogotá. *Anais eletrônicos...* Bogotá: Alaic, Pontificia Universidad Javeriana, 2010.
- BELTRÃO, Luiz. *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.
- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 241-272.
- BOND, F. Fraser. *Introdução ao jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- BUCCI, Eugenio. *Em Brasília, 19 horas*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CARNIELLO, Monica Franchi. A contribuição da comunicação para os estudos sobre desenvolvimento. In: ASSIS, Francisco de; CARNIELLO, Monica Franchi (Org.). *Comunicação, história e literatura: propostas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2008. p. 103-121.

CASCAIS, Fernando. *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Verbo, 2001.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

DINES, Alberto. Prefácio. In: SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação de massa e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch, 1970. p. 17-20.

FERNANDES, Adélia Barroso. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Intercom, 2002.

FERNANDES, Márcio. *Civic journalism: haverá um modelo brasileiro?* Guarapuava: Unicentro, 2008.

GOBBI, Maria Cristina. Pensamento comunicacional latino-americano no século XXI: resgate, difusão e crítica. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; MARÇOLA, Rosângela (Org.). *Do jornalismo à comunicação: 50 anos de estudos midiáticos na América Latina*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 91-117.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

MELO, José Marques de. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: \_\_\_\_\_.; ASSIS, Francisco de (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.

MELO, José Marques de. Ciências da comunicação na América Latina: o papel histórico do Ciespal (1959-2009). *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, ano 6, n. 11, p. 12-26, jul./dez. 2009a.

MELO, José Marques de. *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva, 2009b.

MELO, José Marques de. *Jornalismo, forma e conteúdo*. São Caetano do Sul: Difusão, 2009c.

MELO, José Marques de. Os interlocutores brasileiros do Ciespal no período desenvolvimentista. In: BARBOSA, Marialva; FERNANDES, Márcio; MORAIS, Osvando J. de (Org.). *Comunicação, educação e cultura na era digital*. São Paulo: Intercom, 2009d. p. 345-361.

MELO, José Marques de. A recepção das idéias de Wilbur Schramm no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, ano 4, n. 6, p. 12-21, jan./jun. 2007.

MELO, José Marques de. *Gêneros da comunicação de massa: teoria dos gêneros midiáticos*. 2006. (Original do autor).

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. *Comunicação & Sociedade*: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, ano 22, n. 33, p. 199-214, 1º sem. 2000.

SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação de massa e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-48, 2º sem. 2004.

VARELA, Juan. Jornalismo participativo: o Jornalismo 3.0. In: ORDUÑA, Octavio Isaac Rojas *et al.* *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. São Paulo: Thompson Learning, 2007. p. 41-98.

Enviado em 23 de março de 2012.

Aceito em 30 de abril de 2012.

